

DOI: 10.18468/pracs.2016v9n1.p215-222

Concepções sobre o Território e o Campo nos Estudos de Geografia – entrevista com o prof. Manoel Calaça (IESA - Instituto Socioambiental da Universidade Federal de Goiás)

Patrícia Rocha Chaves¹ e Diemerson Corrêa dos Santos²

¹ Doutora em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá, Brasil. E-mail: patriciarachaves@unifap.br

² Acadêmico do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá, Brasil. E-mail: diemerson_santos@hotmail.com

RESUMO: O propósito da entrevista com o professor Manuel Calaça é construirmos algumas reflexões a partir de suas experiências de pesquisa sobre temáticas ligadas aos estudos do território e, especificamente, do campo no Brasil e na Amazônia. No mês de julho de 2016, o professor esteve em Macapá por conta da ministração de disciplinas no Dinter em Geografia, momento em que tivemos a oportunidade de conversar sobre sua atuação como geógrafo.

Conceptions of the Territory and the country inside in Geography - interview with teacher Manoel Calaça (IESA - Environmental Institute - Federal University of Goiás)

ABSTRACT: The purpose of the interview with Professor Manuel Calaça is build some thoughts from their research experiences about themes related to studies of the territory and specifically to the country inside in Brazil and the Amazon. In July 2016, the professor was in Macapa on behalf of the ministry of disciplines in Dinter in geography, when we had the opportunity to talk about his role as a geographer.

O professor Manoel Calaça, por meio de sua formação em Geografia, tem dedicado suas pesquisas especialmente a temas ligados à agricultura no Brasil, à questão agrária e consequentemente aos conflitos no campo, sobretudo, à formação dos movimentos socioterritoriais. Apesar de atualmente sua atuação ocorrer principalmente no Estado de Goiás, suas pesquisas de mestrado e doutorado tiveram temas diretamente ligados ao campesinato na Amazônia. Também no presente momento, estabeleceu parcerias com pesquisadores das universidades do norte do país, prosseguindo nos debates sobre a região. O que nos permite, juntamente com ele, dialogar sobre a expansão da fronteira agrícola e as dinâmicas do processo de mundialização do capital em nível local. Manoel Calaça possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, mestrado em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas pela Universidade de Rio Claro, doutorado em Geografia pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, atualmente é professor titular do Curso de Geografia na Universidade Federal de Goiás. De 1977 a 1997 atuou como professor na Universidade Federal do Acre, sendo um dos primeiros professores do curso. Esta atuação resultou em sua tese de doutorado intitulada, Violência X Resistência: Movimento dos Seringueiros de Xapurí e a Proposta de Reserva Extrativista, opção de ação teórica e política base de suas pesquisas e ação junto a sociedade até os dias atuais.

Patrícia Rocha: *Bom dia prof. Manoel Calaça. É um prazer recebê-lo no Amapá contribuindo com a formação do nosso quadro de professores da geografia e nos auxiliando nos estudos direcionados ao processo de monopolização do território no Amapá e suas contradições. Acredito que o processo de formação acadêmica é fundamentalmente importante na escolha do objeto/sujeito de pesquisa. O senhor poderia nos falar um pouco sobre sua trajetória como professor e pesquisador?*

Manoel Calaça: Interessante essa questão, porque fazer geografia não foi uma decisão previa, foi uma opção que me restou, quando eu fiz o primeiro vestibular unificado da UFG. Fiz geografia por acaso, apesar de que eu acredito que inconscientemente eu tive a influência dos professores do ginásio e no ensino científico (hoje ensino médio). Então, eu fiz o primeiro vestibular unificado da UFG em 1970, iniciei o curso de geografia em 1971 e terminei em 1974, fazendo um curso de especialização, quando eu já era professor da Fundação de Ensino Superior de Rio Verde a FESURV, que existe até hoje. Como professor da FESURV, fiz um curso de especialização na Universidade Católica de Minas o PREPPES (Programa de Preparação de Professor para o Ensino Superior), e lá eu conheci na época os principais nomes da geografia agrária brasileira Esperidião Faissol, Alexandre Filizola Diniz, Professor Oswaldo Bueno Amorim Filho. O Alexandre e o professor Oswaldo ainda estão na ativa. Então isso me levou a essa opção pela geografia agrária. Eu tenho dito que isso me levou ao meu encontro comigo mesmo, porque eu venho de uma origem camponesa, fui re-encontrar-me no processo de estudo. Quer dizer, então depois desse curso eu fui para o Acre em 1977 pela Universidade Federal do Acre e dois anos depois, final de 1979 eu saí para o mestrado e naquele período final da década de 70, estava em andamento a constituição e implantação dos projetos de assentamentos rurais. Fui estudar em Rio Claro no auge da escola neopositivista da geografia no Brasil. E lá fiz o mestrado estudando as características da pequena produção agrícola do Acre. Então essa foi uma opção pela lógica de reprodução desses trabalhadores que foram assentados na Amazônia. Isto não ocorreu apenas no Acre, foi um processo que alcançou toda a Amazônia, como alternativa de “solução dos conflitos”, das tensões sociais, principalmente causados pelas obras públicas. Era uma forma de aliviar a tensão no Centro Sul e no Nordeste. Então era um elemento novo na realidade no extrativismo no Acre. E depois terminei o Mestrado, retornei para o Acre para a universidade. Tinha que dar um tempo por lá, porque tinha muita gente para se qualificar. Mas, já sendo período dos anos 80, com a intensificação dos conflitos, eu optei por trabalhar, estudar a reserva extrativista como alternativa para equacionamento dos conflitos. Eram conflitos por terra entre os seringueiros e os fazendeiros que lá eram chamados de paulistas (todos os que iam para o Acre, inclusive os professores universitários, eram chamados de paulistas no sentido do exploratório) então foi aí que eu ingressei no estudo dos conflitos e da violência no campo, e voltei para Rio Claro, a mesma escola que fiz o mestrado, só que com uma orientadora marxista, que é a professora

Beatriz Soares Pontes a “Bia”, já com uma experiência de Amazônia. Então contribuiu muito, e isso me fez aproximar do movimento dos seringueiros, que eu já acompanhava, então foi aí que eu resolvi estudar esse tema dos conflitos. Depois eu fiz o concurso na UFG em 1997 e resolvi vir para Goiás, porque eu não enxergava perspectiva a curto prazo para a implantação de um programa de Pós-Graduação, achava que isso limitava muito a minha ação como pesquisador, como professor. Então eu decidi fazer o concurso na Universidade Federal de Goiás, e a minha intenção era continuar estudando o campesinato na Amazônia. Eu tinha, inclusive, quando eu vim para Goiás, um projeto nessa perspectiva para encaminhar para o CNPq, quando eu cheguei em Goiás como eu conversei com um professor que era o professor de geografia agrária, sobre esse projeto, tentando trazê-lo a temática para estudar Goiás, ele me disse que não existia campesinato em Goiás, que o Goiás agora era outro, que era o Goiás do Agronegócio e então eu no primeiro trabalho de campo, dois meses depois que eu havia chegado, quando saí de Goiânia deparei-me com uma bandeira do MST, no município de Guapó, distrito de Posseilândia que era uma grande ocupação do MST. Paramos para visitar, não estava no nosso roteiro, e isso me levou a uma interrogação: Tem campo e tem Sem Terra! Paramos, visitamos esse acampamento e a relação que eu estabeleci com ele, durante os cinco anos de ocupação me levou a coordenar o projeto PPA desse assentamento e a estabelecer uma relação política com o MST em Goiás, que perdura até hoje, inclusive a minha opção de orientação agora no mestrado e no doutorado é de militantes dos movimentos sociais, especialmente do MST, no sentido de contribuir para a qualificação dos militantes que se tornam orgânicos a partir dessa inserção no nível superior e eu entrei em uma seara de entender a dinâmica do agronegócio, porque tudo era novo para mim, não era novo na teoria, mas era no na observação da dinâmica do Agronegócio.

Patrícia Rocha: *E porque escolher dentro das teorias da geografia a abordagem territorial?*

Manoel Calaça: Isto é importante para entender as suas contradições, o processo de exclusão, subordinação e de expropriação do campesinato e o processo de organização dos movimentos sociais. Foi e é muito importante entender essa dinâmica do território. É aí que eu entro com a abordagem territorial, porque uma questão que fica pendente. Ou nós caminhamos um pouco em direção da sociologia ou caminhamos em direção da economia ou da agronomia na interpretação do espaço agrário, e a nossa intenção é trazer esse foco na análise territorial e aí há uma dificuldade, porque você tem poucos pesquisadores trabalhando com essa categoria, especialmente no Brasil, no estudo do campo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes. E eu procurei com Eguimar Chaveiro, também professor da UFG, a partir de um diálogo como professor Marcos Aurélio Saquet, tentar contribuir numa metodologia a partir da abordagem territorial do cerrado, e já há alguns anos que nós vie-

mos trabalhando com nossos orientados nessa perspectiva. Entender o território enquanto um processo relacional de produção, pautado pelas relações de trabalho, pela luta de classes e da relação entre aqueles que nós estamos chamando de atores hegemônicos, que é a representação da burguesia nacional e internacional. No primeiro momento, em várias escalas tem uma disputa entre esses atores, alianças com atores regionais e locais, mediados pelo Estado, pelas instituições estatais, setor financeiro, setor público. Entender essa dinâmica, em segundo momento, como o campesinato entra nesse sistema relacional e em que condições, ou pela via da integração como era no sul ou pela via da exclusão ou da subordinação como nas experiências que temos nas áreas de cerrado.

Patrícia Rocha Chaves: *A partir de suas observações sobre esse processo no estado de Goiás podemos trazer algumas reflexões sobre a introdução desse tipo de agricultura capitalista no Amapá?*

Manoel Calaça: Eu diria que hoje no Brasil, a partir de Goiás que estou compreendendo isso, há um processo de subordinação intensa e de cercamento do campesinato pelo capital, se você observar os indicadores referentes a produção de alimentos, contribuição da agricultura camponesa no Brasil, ela está numa curva descendente a partir dos anos 2000. Então esse conflito de interesses pela produção de mercadorias pelo agronegócio tem cooptado e subordinado ainda mais o campesinato. Eu acho que um dos exemplos é o selo de combustível social do programa nacional de produção e uso do biocombustível. Através dessa política, o Governo incentiva a compra de matéria prima para processamento de produção de biodiesel procedente do que o governo chama de agricultura familiar. Isso leva para que o campesinato seja direcionado também para a produção de mercadoria, o professor Ariovaldo chama isso de “agronegocinho” que é a perspectiva da política pública. Olhando isso pelo viés do cerrado, o cerrado no Centro-Oeste é considerado o grande produtor de grãos no Brasil e o grande produtor de soja, de grãos em geral, sendo Goiás e Mato Grosso os principais produtores em especial a soja e milho, tanto para a exportação quanto para o processamento industrial. E agora chega ao Amapá, não é recente, tão recente assim, mas é recente para os processos que estão acontecendo no Centro-Oeste e isso tem uma conexão direta com o objetivo desse tipo de produção mercantil que é a exportação especialmente para a Europa e para a China, principalmente para a China que é o grande comprador. Por mais que as áreas para a produção de grãos aqui no Amapá não sejam tão extensas, tão volumosas quanto em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia. É o suficiente para motivar a migração de produtores do sul, já habituados com o cultivo da soja, e essa conexão com o mercado mundial especialmente com a china, que é o principal comprador de soja no mundo, então ontem eu visitei o município de Santana e pude verificar, apesar das dificuldades de observação no horário, os cilos que estão sendo construídos

na área do porto. Então o Amapá vai se tornar um ponto importante (entrepasto) para o embarque (imagino, uma hipótese) de grãos, nesse processo de produção e exportação de commodities.

Patrícia Rocha: *O senhor acabou de mencionar que as atividades, os produtos que são de atividades da agricultura camponesa, tem reduzido sistematicamente em detrimento da subordinação do campesinato pelo agronegócio. Nesse contexto, como o senhor vê o papel dos movimentos sociais na luta contra o desencadeamento desses processos de subordinação e expropriação camponesa? Como eles tem se manifestado e resistido? Como fica a questão da recriação camponesa em detrimento a esta subordinação às atividades da agricultura capitalista?*

Professor Calaça: Eu diria para você que fazendo uma análise mais geral da conjuntura política nacional, eu vejo um esgotamento desse modelo de organização pelos movimentos sociais, sindicais, partidos políticos, então é necessário um repensar das ações desses movimentos, porque como agir, como atuar, para impedir a expansão do agronegócio? Porque há uma ilusão de que a soja, proporciona uma renda ao camponês e é verdade que proporciona, só que o transforma num produtor de uma mercadoria para a qual ele não tem capital suficiente, portanto, ele submete parte do seu excedente da sua renda, do seu trabalho, que é apropriado pela agricultura capitalista nesse processo. Agora a grande questão é: como atuar para impedir que isso ocorra? Eu considero simbólica as prisões que estão acontecendo em Goiás porque o MST, especialmente, ocupou áreas importantes no coração do agronegócio goiano. Então se fizermos hoje um polígono das principais ocupações que o MST realizou, ele incomodou as lideranças do agronegócio e isso, acho que é uma estratégia difícil, mas eficiente nesse combate, nessa contenção do agronegócio. Agora é claro que é uma tentativa de barrar essa ação, mas quais são os outros movimentos no Brasil que tem essa condição de confrontar com o agronegócio? Porque é uma luta desigual, essa luta de classe é uma luta desigual. Então eu vejo sim que mesmo o MST, com esse tipo de ação traz um desconforto para o agronegócio. Eu quero crer que a repressão que está acontecendo em Goiás, ela é estratégica, pelo que representa Goiás do ponto de vista da sua localização geográfica, da sua importância na escala nacional, na circulação das mercadorias. Então o combate em Goiás ao MST, apesar de dizer que há um esgotamento pelas dificuldades de mobilização, de formação de quadro de lideranças. Mas ainda há uma resistência, como é a CPT em nível de denúncias, da orientação das organizações, do levantamento de dados. Mas é preciso que esse processo se amplie na escala do conjunto da sociedade. Eu ouvi recentemente do João Pedro Stédile em Goiânia, o seguinte, “*não adianta nós ficarmos em cima de carros de som falando, é preciso ir para o corpo a corpo*” isso significa uma mudança de estratégia, tendo que sair do discurso mais geral, para capilarizar a nossa ação na escala das famílias, da escola, das pessoas, enfim, é preciso mobilizar muitos e muitos, nessa

capilarização na periferia urbana. Sobre o que poderia ocorrer aqui no Amapá, que já está ocorrendo, que é o processo da migração, quer dizer, os camponeses, as populações ribeirinhas vão sendo gradativamente expulsas das suas áreas para a cidade. É claro que aqui é uma realidade totalmente diferente, com suas especificidades, com outros problemas, como é o caso da mineração, do eucalipto. O eucalipto onde eu vi no porto é transformado em cavaco para a exportação, não vi os dados, mas não sei para onde vai, se é para a Jarí, se é para o mercado internacional. O Eucalipto em si tem sido um grande problema onde se instala nessa escala comercial para a produção de celulose.

Patrícia Rocha: *Professor, atualmente temos uma grande preocupação com os resultados da reprodução capitalista do território no Amapá. Em suas aulas no Dinter o senhor mostrou dados de Goiás. Segundo esses dados há essa redução da produção de atividades camponesas na agricultura camponesa, no entanto, observando o mapa de ações de sujeitos sociais no conflito em 2015 no artigo do professor Ariovaldo, publicado no Caderno de Conflitos no Campo da CPT, podemos perceber que o MST, especialmente em Goiás tem sido bastante ativo, ou seja, está realizando a luta pela terra. O Amapá, nos últimos anos tem apresentado uma curva crescente em números de conflitos por terra, perde apenas para o Estado do Pará, que obviamente é o mais conflituoso entre todos os estados da Amazônia. No entanto, até então não temos organizações sociais que se propõem a fazer frente a essa luta estrategicamente, por exemplo como é o MST. O que na verdade poderíamos refletir sobre isso? Os movimentos sociais que nascem ligados à políticas partidárias não são de caráter autônomo, a ligação com este tipo de política atua fortemente nos vários setores da sociedade descaracterizando as lutas sociais nas várias camadas sindicais e civis, especialmente nos sindicatos rurais. Então, há essa grande preocupação de nossa parte, que fizemos essa decisão de atuar junto a essas classes e sociedades que lutam pela terra e território. De que forma nós da geografia e demais ciências sociais poderíamos contribuir para construir um outro pensamento, seja ideológico ou mesmo utópico no sentido de fortalecer as ações dos movimentos sociais, como o senhor tem feito em Goiás e outros intelectuais que fazem a luta teórica a partir do ponto de vista do surgimento de uma geopolítica do povo?*

Manoel Calaça: Eu acho que o primeiro caminho da nossa obrigação profissional é o estudo e a compreensão desses processos e a formação e qualificação de lideranças de sujeitos sociais que possam contribuir com esse processo. Agora o movimento social resulta de uma contradição do processo de expansão capitalista no campo. Eu tenho analisado que nesse processo de territorialização do capital, ele culmina com o conflito. O conflito leva a um processo de desterritorialização e de resistência à esse processo de desterritorialização e conseqüentemente isso é o que levará ao processo de organização. Os movimentos sociais são o resultado da luta, ele é induzido de den-

tro para fora, a partir desse movimento contraditório da expansão da implantação das atividades capitalistas, que aqui deve ser pautado por um viés onde a fronteira agrícola tem no conflito a sua essência, porque é um processo de apropriação capitalista das terras que ainda estão disponíveis, aquelas que ainda não foram apropriadas pela mineração e aquelas que não foram apropriadas pelo eucalipto. Portanto, eu creio que a nossa ação primeira é de compreender esse processo e promover um debate com a sociedade sobre o que efetivamente está acontecendo. Agora, em uma área de fronteira, onde há grandes interesses de grandes empresas é uma situação muito mais complexa, por conta da violência que se instala. A universidade (eu não acredito na universidade do ponto de vista dela como instituição, eu acredito na ação dos pesquisadores, das pessoas que se organizam e ideologicamente estão dispostas a essa compreensão e a denunciar esse processo violento que com certeza atinge essas comunidades camponesas, ribeirinhos e quilombolas. Nós vimos no trabalho de campo, pela fala de seu Alexandre (líder do quilombo Mel da Pedreira), que disse “a chegada da soja já pode atingir a produção de mel”. Esse é apenas um aspecto. A exploração da propriedade poderá, eu não conheço a realidade do Amapá, mas deverá atingir com certeza o campesinato.

Patrícia Rocha: *Por outro lado, temos as políticas públicas e de governo que atingem diretamente essas comunidades, como é o caso daquele projeto do programa “Minha Casa, Minha Vida” no mel da pedreira, como vimos.*

Manoel Calaça: Ali é um modelo que me incomodou muito porque é você retirar a comunidade do seu local de moradia, onde tem todo um conjunto de relações já estabelecidas com a água, com a climatização natural da habitação, com acesso a pesca, com seu modo de vida próprio. De repente, nós vimos um núcleo habitacional do minha casa, minha vida sem arborização, sem um projeto arquitetônico adequado para um clima equatorial, sem os quintais, sem o lugar da convivência. Então, aquilo culminará na transformação daquela região em uma área de lazer. Mas eu vislumbro uma possibilidade grande da desarticulação daquela comunidade quilombola e a apropriação, talvez no futuro para outros fins, que não a reprodução daquela comunidade quilombola ali do mel da pedreira

Patrícia Rocha: *O Senhor comentou que tem se dedicado a estudar as dinâmicas de Integração da América Latina, especificamente na Amazônia. Que resultados tem produzido sua pesquisa? Nesses resultados quais as perspectivas para as populações amazônicas?*

Manoel Calaça: Eu estou terminando um trabalho do pós-doutorado com um colega da Universidade Federal do Acre, estudando esses eixos de integração sul-americano. A conclusão que se chega desses estudos dele, do Silvio Simeone. É referente ao eixo

de integração pela carretera peruana que dá acesso a partir da BR 317 e da BR 364 aos portos do Peru, no pacífico. Observando o mapa de integração sul-americana tem um eixo de conexão aqui nessa vertente do rio Amazonas e da BR 156. O Brasil volta-se com vários corredores de exportação de mercadorias produzidas pelo agronegócio e quero crer, que também pela mineração, agora não para o Atlântico, mas pelo Pacífico e pelo Caribe. Então, para as populações locais será apenas o ponto de passagem, não há, não creio nenhuma perspectiva de melhoria para as populações locais. Talvez alguns nichos de mercado se possa utilizar esses canais para escoamento. Mas o que se põe é o escoamento em grande escala e quero crer que aí possa residir o interesse já de algumas empresas do setor de grãos e possivelmente de outros segmentos do agronegócio em se instalarem a partir da produção de soja aqui em Macapá. E esse é um estudo que precisa ser feito. A produção de soja entra e perceptivelmente vai se consolidando com o tempo num certo tipo de produção, quer dizer precisa produzir espécies e variedades de soja adaptadas aos aspectos físicos. Mas eu quero crer que tem como princípio esse escoamento fácil para os portos, tanto pela via do Canal do Panamá para a China, não só daqui do Amapá, mas também para a região sudoeste e especialmente do Mato Grosso com o asfaltamento da BR 163 e o acesso aqui ao Oceano Atlântico e daqui para o mundo. O asfaltamento da BR 156, eu imagino que ela será importante na composição desse eixo que ainda não está plenamente implementado no eixo da foz do Amazonas com o Oceano Atlântico e que é o eixo das Guianas. Se você olhar o mapa sul-americano dessa integração, esse é um dos eixos de escoamento mesmo como ponto de passagem como é para o Acre como é para os portos do Atlântico, como Santos, Paranaguá e Vitória. Para a população local talvez alguns postos de trabalho em condições bem precárias.

Entrevista recebida em 14 de julho de 2016.

Aprovada em 18 de julho de 2016.